



CLIPPING INTERNET
01/03/2021 ATÉ 01/03/2021



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG NETO CRUZ.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 BLOG DO WALISON.....	3
	2.2 BLOG JAILSON MENDES.....	4
3	CORREIÇÕES	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	6
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG CESAR BELO.....	7
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	8
	6.2 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	9
	6.3 BLOG AQUILES EMIR.....	10
	6.4 BLOG CELSO ALMEIDA.....	11
	6.5 BLOG DALVANA MENDES.....	12
	6.6 BLOG DO NETO FERREIRA.....	13
	6.7 BLOG DO VARÃO.....	14
	6.8 BLOG DOMINGOS COSTA.....	15
	6.9 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	16
	6.10 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	17
	6.11 BLOG ISAIÁS ROCHA.....	18
	6.12 BLOG JORGE ARAGÃO.....	19
	6.13 BLOG MARRAPÁ.....	20
	6.14 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	21
	6.15 BLOG PAULO ROBERTO.....	22
	6.16 BLOG WILTON LIMA.....	23
	6.17 PORTAL DO MUNIM.....	24
	6.18 SITE IMIRANTE.COM.....	25
	6.19 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	26 27
	6.20 SITE JORNAL PEQUENO.....	28
	6.21 SITE MA 10.....	29
	6.22 SITE MARANHÃO HOJE.....	30
7	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	7.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	31
	7.2 BLOG AQUILES EMIR.....	32 33
	7.3 BLOG ATUAL 7.....	34
	7.4 BLOG CELSO ALMEIDA.....	35
	7.5 BLOG DALVANA MENDES.....	36 37
	7.6 BLOG DIEGO EMIR.....	38 39 40
	7.7 BLOG DO NETO FERREIRA.....	41
	7.8 BLOG DO VARÃO.....	42
	7.9 BLOG DOMINGOS COSTA.....	43
	7.10 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	44 45
	7.11 BLOG GILBERTO LEDA.....	46
	7.12 BLOG GILBERTO LIMA.....	47
	7.13 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	48 49
	7.14 BLOG MARAMAIS.....	50
	7.15 BLOG MARRAPÁ.....	51
	7.16 BLOG PAULO ROBERTO.....	52
	7.17 BLOG WILTON LIMA.....	53
	7.18 PORTAL DO MUNIM.....	54
	7.19 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	55
	7.20 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	56 57 58 59 60
	7.21 SITE JORNAL PEQUENO.....	61
	7.22 SITE MA 10.....	62

AUTORIDADES SERÃO CHAMADAS PARA DISCUTIR POSSIBILIDADE DE "LOCKDOWN NO MARANHÃO-COVID-19"

Governador chama autoridades para discutir possibilidade de lockdown no Maranhão

Nesta segunda-feira (1º), o governador Flávio Dino (PCdoB) vai se reunir com os presidentes da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), e do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, para debater a necessidade de um novo lockdown no Maranhão.

Em comentário nas redes sociais, o governador disse que, além dos presidentes dos demais poderes, convocou prefeitos para participarem do debate:

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde a ocupação hospitalar é maior”, afirmou.

Flávio Dino vai discutir novas medidas com prefeitos

O governador Flávio Dino (PCdoB), comanda nesta segunda-feira (1^º), às 17h, uma reunião emergencial sobre situação sanitária do estado por conta da pandemia do novo coronavírus, na qual discutirá novas medidas restritivas que serão adotadas no Maranhão.

Para a reunião que será realizada no salão de atos, do Palácio dos Leões foram convidados Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça; Othelino Neto, presidente da Assembleia Legislativa; Nonato Lago, presidente do TCE; Alberto Bastos, defensor-geral; Natalino Salgado, reitor da UFMA; Erlânio XaVier, presidente da Famem; Eduardo Braide, prefeito de São Luís; Assis Ramos, prefeito de Imperatriz; Dr. Julinho Matos, prefeito de São José de Ribamar, Paula Azevedo, prefeita de Paço do Lumiar e Eudes Barros, prefeito da Raposa.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre “lockdown”.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Flávio Dino vai discutir novas medidas com prefeitos

O governador Flávio Dino (PCdoB), comanda nesta segunda-feira (1º), às 17h, uma reunião emergencial sobre situação sanitária do estado por conta da pandemia do novo coronavírus, na qual discutirá novas medidas restritivas que serão adotadas no Maranhão.

Para a reunião que será realizada no salão de atos, do Palácio dos Leões foram convidados Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça; Othelino Neto, presidente da Assembleia Legislativa; Nonato Lago, presidente do TCE; Alberto Bastos, defensor-geral; Natalino Salgado, reitor da UFMA; Erlânio XaVier, presidente da Famem; Eduardo Braide, prefeito de São Luís; Assis Ramos, prefeito de Imperatriz; Dr. Julinho Matos, prefeito de São José de Ribamar, Paula Azevedo, prefeita de Paço do Lumiar e Eudes Barros, prefeito da Raposa.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre “lockdown”.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Difícilmente será decretado lockdown no Maranhão, pois medida poderia levar muitas empresas à falência

Difícilmente sairá da reunião marcada para às 17h, entre o governador Flávio Dino, os presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário, prefeitos e outros convidados, uma decisão para que seja adotado um lockdown nos mesmos moldes de há cerca de um ano. O mais provável é que sejam baixadas medidas restritivas sobre horário de funcionamento de bares, restaurantes, autorizações para eventos, disciplinamento de transporte etc, até porque, na opinião de um líder empresarial ouvido por este jornalista, a suspensão das atividades econômicas agora, seria o mesmo que decretar falência de muitas empresas, até porque, desta vez, não haveria o socorro do governo federal para pagamento de metade dos salários e outras compensações.

Leia mais

Flávio Dino reúne presidentes do Legislativo e Judiciário para debaterem um novo lockdown

Ainda de acordo com essa liderança, algumas empresas, principalmente as prestadores de serviços, agora que estão se recuperando do baque sofrido em 2020, portanto não seria sensato a impor a elas mais um sacrifício.

Em mensagem publicada em suas redes sociais, nesta segunda-feira (1º), o governador Flávio Dino explica o sentido da reunião por ele convocada:

"Objetivo dessa reunião é examinar novas ações conjuntas contra o coronavírus. Convidei os chefes dos Poderes, a Federação dos Municípios, prefeitos das cidades onde a sobrecarga hospitalar é maior, a direção do Hospital Universitário. Outras reuniões estão sendo feitas", disse ele.

Difícilmente será decretado lockdown no Maranhão, pois medida poderia levar muitas empresas à falência

Difícilmente sairá da reunião marcada para às 17h, entre o governador Flávio Dino, os presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário, prefeitos e outros convidados, uma decisão para que seja adotado um lockdown nos mesmos moldes de há cerca de um ano. O mais provável é que sejam baixadas medidas restritivas sobre horário de funcionamento de bares, restaurantes, autorizações para eventos, disciplinamento de transporte etc, até porque, na opinião de um líder empresarial ouvido por este jornalista, a suspensão das atividades econômicas agora, seria o mesmo que decretar falência de muitas empresas, até porque, desta vez, não haveria o socorro do governo federal para pagamento de metade dos salários e outras compensações.

Ainda de acordo com essa liderança, algumas empresas, principalmente as prestadores de serviços, agora que estão se recuperando do baque sofrido em 2020, portanto não seria sensato a impor a elas mais um sacrifício.

Em mensagem publicada em suas redes sociais, nesta segunda-feira (1^o), o governador Flávio Dino explica o sentido da reunião por ele convocada:

"Objetivo dessa reunião é examinar novas ações conjuntas contra o coronavírus. Convidei os chefes dos Poderes, a Federação dos Municípios, prefeitos das cidades onde a sobrecarga hospitalar é maior, a direção do Hospital Universitário. Outras reuniões estão sendo feitas", disse ele.

Difícilmente será decretado lockdown no Maranhão, pois medida poderia levar muitas empresas à falência

Difícilmente sairá da reunião marcada para às 17h, entre o governador Flávio Dino, os presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário, prefeitos e outros convidados, uma decisão para que seja adotado um lockdown nos mesmos moldes de há cerca de um ano. O mais provável é que sejam baixadas medidas restritivas sobre horário de funcionamento de bares, restaurantes, autorizações para eventos, disciplinamento de transporte etc, até porque, na opinião de um líder empresarial ouvido por este jornalista, a suspensão das atividades econômicas agora, seria o mesmo que decretar falência de muitas empresas, até porque, desta vez, não haveria o socorro do governo federal para pagamento de metade dos salários e outras compensações.

Ainda de acordo com essa liderança, algumas empresas, principalmente as prestadores de serviços, agora que estão se recuperando do baque sofrido em 2020, portanto não seria sensato a impor a elas mais um sacrifício.

Em mensagem publicada em suas redes sociais, nesta segunda-feira (1^o), o governador Flávio Dino explica o sentido da reunião por ele convocada:

"Objetivo dessa reunião é examinar novas ações conjuntas contra o coronavírus. Convidei os chefes dos Poderes, a Federação dos Municípios, prefeitos das cidades onde a sobrecarga hospitalar é maior, a direção do Hospital Universitário. Outras reuniões estão sendo feitas", disse ele.

Dino confirma reunião com prefeitos sobre medidas contra Covid-19 e insinua que pode decretar lockdown

Governador quer dividir responsabilidade de enfrentamento à pandemia com gestores municipais e demais poderes. Maranhão voltou a registrar novas 20 mortes no estado provocadas pela doença

O governador Flávio Dino (PCdoB) confirmou, em publicação nas redes sociais, que vai se reunir com gestores municipais para decidir a respeito da adoção de medidas restritivas contra o avanço da segunda onda do novo coronavírus no Maranhão.

Inicialmente, o encontro será apenas com prefeitos da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), conforme antecipou o ATUAL7 mais cedo, e também de Imperatriz. Pela fala do comunista, não está descartada a decretação de restrição de circulação de pessoas e fechamento total de serviços não essenciais.

“Ainda não há decisão sobre lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, escreveu Dino, após o ATUAL7 revelar que o governador pretende acertar com os gestores municipais, inicialmente, a suspensão do atendimento presencial em serviço público e de aulas presenciais na rede privada de ensino, por até 15 dias.

Pressionado pela população nas redes sociais e com receio de que sua imagem seja arranhada nacionalmente devido à proximidade nas eleições de 2022, para não desagradar sozinho o grande empresariado, que tem feito lobby contra qualquer tipo de paralisação no setor econômico, a ideia de Flávio Dino é dividir com os prefeitos maranhenses, o Poder Judiciário e o Ministério Público a responsabilidade pela adoção de medidas restritivas e impopulares contra a Covid-19.

Segundo boletim epidemiológico da SES (Secretaria de Estado da Saúde), divulgado neste domingo 28, o Maranhão chegou a 219.307 pessoas diagnosticadas com Covid-19 e 5.052 óbitos em decorrência da doença. Nas últimas 24 horas, o estado voltou a registrar mais 20 mortes provocadas pelo novo coronavírus, alta que não se repetia desde agosto do ano passado. O número de pacientes ativos também aumentou e chegou a 9.987.

A SES também confirmou, na sexta-feira 26, o registro do primeiro caso da variante P1 da Covid-19 no Maranhão. Classificada de “Variante de Preocupação” pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a P1 emergiu em Manaus e é apontada como uma das possíveis causas de reinfecção na Amazônia. Segundo estudos preliminares, a variante brasileira tem 20 mutações, três delas consideradas perigosas.

Antes da abertura para um acerto entre Flávio Dino e outros poderes, toda autoridade para tomada de ações contra a Covid-19 estava sendo colocada na caneta do juiz Douglas Martins, da Vara de Interesse Difusos e Coletivos —que não foi eleito nem jamais pleiteou o voto popular. O magistrado, inclusive, tirou férias em meio a nova provocação da DPE (Defensoria Pública do Estado) para que a Justiça venha praticamente gerir o enfrentamento contra a pandemia do novo coronavírus no lugar no Governo do Maranhão, prefeituras da Grande Ilha e de todos os municípios do interior maranhense.

Flávio Dino irá se reunir com os presidentes da Assembleia e TJ para debater lockdown no MA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fará uma reunião nesta segunda-feira (1^o) com o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Lourival Serejo, para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado. O primeiro lockdown no Maranhão foi realizado em 2020, entre os dias 5 e 17 de maio.

Em seu perfil no Twitter, Flávio Dino revelou ainda que os prefeitos dos quatro municípios que integram a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e o prefeito de Imperatriz foram convidados para participar da reunião sobre o lockdown, já que essas cinco cidades registram maior ocupação hospitalar. O governador informou que ainda não há uma definição sobre a restrição de atividades no Maranhão, mas destacou que as 217 prefeituras do estado têm autonomia para decretar medidas preventivas contra a Covid-19.

Além disso, Flávio Dino falou que está fazendo o possível para ampliar o número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento do coronavírus em todo o Maranhão, mas lamentou a existência de algumas limitações nesse processo.

“Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito”, afirmou o governador.

Por fim, Flávio Dino destacou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a reativação dos 216 leitos de UTI custeados pelo governo federal no Maranhão. “Fica evidenciado que não se cuida de um “favor”, e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS”, ressaltou Dino.

Flávio Dino irá se reunir com os presidentes da Assembleia e TJ para debater lockdown no MA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fará uma reunião nesta segunda-feira (1^o) com o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Lourival Serejo, para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado. O primeiro lockdown no Maranhão foi realizado em 2020, entre os dias 5 e 17 de maio.

Em seu perfil no Twitter, Flávio Dino revelou ainda que os prefeitos dos quatro municípios que integram a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e o prefeito de Imperatriz foram convidados para participar da reunião sobre o lockdown, já que essas cinco cidades registram maior ocupação hospitalar. O governador informou que ainda não há uma definição sobre a restrição de atividades no Maranhão, mas destacou que as 217 prefeituras do estado têm autonomia para decretar medidas preventivas contra a Covid-19.

Além disso, Flávio Dino falou que está fazendo o possível para ampliar o número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento do coronavírus em todo o Maranhão, mas lamentou a existência de algumas limitações nesse processo.

“Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito”, afirmou o governador.

Por fim, Flávio Dino destacou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a reativação dos 216 leitos de UTI custeados pelo governo federal no Maranhão. “Fica evidenciado que não se cuida de um “favor”, e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS”, ressaltou Dino.

OAB-MA REALIZA ATO PÚBLICO PARA REFORÇAR RESPEITO AS PRERROGATIVAS DA CLASSE NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO DA JUSTIÇA MARANHENSE

Na quinta-feira (25), a OAB Maranhão recebeu reclamações de que, em virtude da pandemia e da exigência de agendamento para atendimento nas unidades judiciais, estaria sendo exigido prévio cadastro dos colegas para ingressar nas dependências do Fórum Estadual de São Luís.

No mesmo momento, o Presidente da Seccional oficiou e contactou o Corregedor do TJMA, Des. Paulo Velten, para que tal exigência deixasse de ser feita, na medida em que violava as prerrogativas da Advocacia, em especial o disposto no Artigo 7º, inciso VI, alínea “c”, da Lei Federal nº 8906/94.

A Comissão de Assistência, Defesa e Prerrogativas da Advocacia da Ordem também foi acionada, e se dirigiu de imediato ao Fórum Estadual, ocasião em que foi prontamente recebida pela Diretora do Fórum, Juíza Andrea Perlmutter Lago, a qual após conversar com a comissão informou que não haverá qualquer exigência ou questionamento para ingresso dos advogados no Fórum Estadual. Na ocasião a diretora do Fórum comunicou a comissão, ainda, que já estão sendo tomadas as providências necessárias para cumprir a Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021, do CNJ, que trata da implantação do “Balcão Virtual” no Fórum Estadual, ferramenta esta que auxiliará a advocacia nos atendimentos junto às unidades judiciais.

Resolvida a questão envolvendo o ingresso das advogadas e advogados no Fórum Estadual, permaneceu a preocupação da Ordem quanto ao funcionamento eficiente das ferramentas de agendamento para atendimento presencial junto às unidades judiciais, motivo pelo qual, na manhã de hoje (25), a OAB Maranhão, por meio de seu Presidente e do seu Sistema de Assistência, Defesa e Prerrogativas da Advocacia, realizou um ato de panfletagem para as advogadas e advogados que militam no Fórum Desembargador Sarney Costa com o intuito de pedir que os profissionais informem problemas ocorridos nos agendamentos para atendimento presencial junto às unidades judiciárias ou administrativas do Poder Judiciário Maranhense.

Em virtude da pandemia, o Tribunal de Justiça do Maranhão editou a PORTARIA-GP 148, que restringe o atendimento presencial no Fórum ao horário das 8h às 13h. Para ter acesso ao atendimento presencial a partir de agora, é necessário um agendamento prévio junto à respectiva unidade judiciária ou administrativa, por e-mail ou telefone informados no sítio do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Entretanto, é imprescindível que as ferramentas disponíveis para os agendamentos funcionem de forma rápida e eficiente, de modo a garantir o respeito às prerrogativas da Advocacia.

Ainda na manhã de quinta-feira (25), houve nova reunião com a diretora do Fórum Estadual, ocasião em que o presidente da Ordem, acompanhado do diretor tesoureiro, Kaio Saraiva, e do sistema de prerrogativas reiterou a preocupação da instituição com os agendamentos dos atendimentos presenciais.

Participaram desta reunião: o presidente da OAB/MA, Thiago Diaz; o diretor tesoureiro da OAB/MA, Kaio Saraiva; o presidente da Comissão de Assistência, Defesa e Prerrogativas da Advocacia da Ordem, Raimundo

Everardo Jr; o secretário-adjunto da Comissão, Marcos Brito; e o membro da Comissão, Frederico Duailibe Lima.

Acordo corrige número de vagas para negros no concurso da Câmara de São Luís

Uma sessão solene que será realizada às 9h, marcará o início dos trabalhos no legislativo municipal. Em virtude da pandemia de Covid-19, foram adotadas medidas restritivas

Em audiência de conciliação, realizada em 23 de fevereiro, o Ministério Público do Maranhão, a Fundação Sousândrade e a Câmara de Vereadores de São Luís firmaram acordo judicial para corrigir o quadro de vagas reservadas a negros e pardos no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2018, da casa do Legislativo Municipal.

A correção foi pleiteada em Ação Civil Pública proposta, no dia 2 de fevereiro, pela titular da 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, Márcia Lima Buhatem.

Pelo acordo, a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei destinado a negros e pardos. Também destinará mais 15 vagas em cadastro de reserva.

A Câmara Municipal de São Luís e a Fundação Sousândrade também se comprometem a realizar, no próximo dia 10 de março, a convocação dos candidatos não eliminados para a heteroidentificação racial.

Devem, ainda, proceder, de 9 a 11 de abril, à identificação racial dos convocados, conforme edital lançado na página do concurso.

Além disso, devem divulgar até o dia 27 de abril o resultado final da heteroidentificação, após o julgamento de eventuais recursos. Os aprovados entram de acordo com sua pontuação na classificação.

O acordo foi homologado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Direitos Difusos de São Luís.

Flávio Dino reúne prefeitos para discutir novas medidas no Maranhão

O governador Flávio Dino (PCdoB), se reúne nesta segunda-feira (1^o) para discutir novas medidas restritivas por conta do aumento dos casos da Covid-19.

A reunião terá a participação de secretários, representantes dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como os prefeitos de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Imperatriz.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre “lockdown”.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Flávio Dino reúne prefeitos para discutir novas medidas no Maranhão

O governador Flávio Dino (PCdoB), se reúne nesta segunda-feira (1^o) para discutir novas medidas restritivas por conta do aumento dos casos da Covid-19.

A reunião terá a participação de secretários, representantes dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como os prefeitos de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Imperatriz.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre “lockdown”.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Médico da UFMA defendem lockdown de 14 dias no Maranhão

O médico epidemiologista e professor da UFMA, Dr Antônio Augusto Moura, está defendendo a tese que se tenha lockdown nos próximos 14 dias no Maranhão em razão da crescente de casos do novo coronavírus em especial a descoberta da nova variante já circulando na Ilha de São Luís.

De acordo com Dr Antônio Augusto Moura, o pedido dos defensores públicos Clarice Binda, Diogo Bugs e Cosme, faz todo o sentido e as autoridades deveriam adotá-lo imediatamente.

O epidemiologista afirma que a carga viral variante P1 do sars-cov-2 é muito mais forte do que a anterior que assolou o Brasil e o mundo em 2020.

Ele ainda alerta que todas as pessoas vacinadas ainda precisam de um mês, após a aplicação da segunda dose para garantir uma imunidade contra o coronavírus, porém não existe 100% de eficácia para a nova variante.

Com o lockdown, só funcionariam serviços essenciais como supermercados, farmácias, hospitais e deliveries. O resto voltaria a ser fechado.

Juíza Jaqueline Caraca será a responsável por decidir se Maranhão vai viver novo lockdown

A juíza Jaqueline Reis Caracas será a responsável por decidir se o Maranhão terá um novo lockdown, pedido este feito por defensores públicos. Isso acontece, pois o juiz Douglas Martins saiu de férias na última sexta-feira (26).

O pedido dos defensores públicos é para que o comércio fique parado pelos próximos 14 dias, assim como seja reduzida em 50% a frota de ônibus e a ocupação no ferry boat. Assim como o fechamento de bares e restaurantes.

Não há prazo para que a juíza tome uma decisão, mas o pedido foi protocolado desde o dia 19 de fevereiro e já existe uma pressão para que ocorra uma manifestação.

Dr. Gutemberg alerta para caos na saúde com a variante do coronavírus já confirmada no Maranhão

Em entrevista para a Rádio Nova FM, na última sexta-feira (28), o médico e vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Dr. Gutemberg (PSC), alertou para um cenário de caos na saúde do Maranhão com a variante P1 da Covid-19 já confirmada no Estado. Ele mencionou dados nacionais e ainda dados locais que teve acesso em conversa com o epidemiologista e professor da UFMA, Dr. Antônio Augusto.

“Conversei com Dr. Antônio Augusto, um dos nossos melhores epidemiologista. Ele me passou dados assustadores. Estamos vivemos a 2ª onda da doença no Estado. Tivemos uma ascensão meteórica da ocupação de leitos de UTI’s e enfermaria na capital. A previsão é que essa situação aumente até o final de março. E chegue a ultrapassar a casa de 700 pessoas precisando de leitos. Precisamos tomar providências enérgicas. Esse aumento exponencial da doença vai sobrecarregar ainda mais o Sistema de Saúde”, alertou Dr. Gutemberg.

O médico destacou ainda que os hospitais públicos e privados estão suspendo as cirurgias eletivas para se dedicar à Covid-19. Além disso, Dr. Gutemberg explicou que a variante P1 da Covid-19, que já está circulando entre nós, pode duplicar o número de pessoas internadas, pois tem maior transmissibilidade e atinge principalmente os jovens.

“É uma situação de extrema dificuldade que está piorando. Além da chegada da variante do vírus, o uso de máscaras caiu de 75% para 42% em todo o Estado, segundo constatou o Dr. Antônio. Hoje, em São Luís, a Covid-19 levou um jovem de 23 anos e o nosso amigo radialista Juarez Sousa. Eu também perdi meu pai para a doença. Toda a minha solidariedade às famílias. Precisamos fazer uma campanha mais forte de conscientização, mostrando até a realidade dos hospitais lotados”, afirmou Dr. Gutemberg.

Em seguida, Dr. Gutemberg sugeriu a criação de um ‘Gabinete de Crise’ formado por representantes do Poder Público (Estado e Municípios), Poder Judiciário, Cientistas e demais representantes da sociedade civil para que juntos busquem soluções para enfrentar a 2ª onda da Covid-19 no Maranhão.

“Reconheço os esforços do Prefeito Eduardo Braide, que anunciou mais 30 leitos disponíveis no Hospital Universitário e transformou o Hospital da Mulher em hospital para atendimento de Covid. E o Governador Flávio Dino aumentou o número de leitos no HCI. Mas volto a falar, nós estamos com quase 100% de lotação. E se não houver um mecanismo de bloqueio para frear a transmissão do vírus, a situação vai piorar. Eu defendo criar um Gabinete de Crise para debater inclusive medidas restritas que não afetem tanto a nossa economia, como exemplo: a flexibilização no horário de trabalho para evitar superlotação nos ônibus e outras medidas”, frisou Dr. Gutemberg.

Na noite desta sexta-feira, o Governo do Estado confirmou o primeiro caso da variante P1 da Covid-19 no Maranhão. Trata-se de uma mulher, residente do município de Paço do Lumiar. A variante foi identificada originalmente no Estado do Amazonas.

Em outro momento da entrevista, Dr. Gutemberg pontuou que com o aumento de casos da Covid-19, será necessário ampliar o número de profissionais nas Unidades de Saúde. E lembrou que esses trabalhadores estão esgotados fisicamente e mentalmente.

“A realidade é que os profissionais da saúde estão extenuados. Muitos com problemas de saúde, inclusive de saúde mental, precisando de um apoio integral. Vivemos uma guerra! Precisamos continuar com o uso de máscaras, álcool em gel, lavar bem as mãos, evitar aglomeração e estudar adoção de medidas restritivas. Fazer uma campanha de conscientização agressiva para sensibilizar a população. A palavra-chave é solidariedade. Que cada um cumpra o seu dever!”, finalizou Dr. Gutemberg.

Flávio Dino irá se reunir com os presidentes da Assembleia e TJ para debater lockdown no MA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fará uma reunião nesta segunda-feira (1^o) com o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Lourival Serejo, para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado. O primeiro lockdown no Maranhão foi realizado em 2020, entre os dias 5 e 17 de maio.

Em seu perfil no Twitter, Flávio Dino revelou ainda que os prefeitos dos quatro municípios que integram a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e o prefeito de Imperatriz foram convidados para participar da reunião sobre o lockdown, já que essas cinco cidades registram maior ocupação hospitalar. O governador informou que ainda não há uma definição sobre a restrição de atividades no Maranhão, mas destacou que as 217 prefeituras do estado têm autonomia para decretar medidas preventivas contra a Covid-19.

Além disso, Flávio Dino falou que está fazendo o possível para ampliar o número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento do coronavírus em todo o Maranhão, mas lamentou a existência de algumas limitações nesse processo.

"Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito", afirmou o governador.

Por fim, Flávio Dino destacou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a reativação dos 216 leitos de UTI custeados pelo governo federal no Maranhão. "Fica evidenciado que não se cuida de um "favor", e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS", ressaltou Dino.

Flávio Dino irá se reunir com os presidentes da Assembleia e TJ para debater lockdown no MA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fará uma reunião nesta segunda-feira (1^o) com o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Lourival Serejo, para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado. O primeiro lockdown no Maranhão foi realizado em 2020, entre os dias 5 e 17 de maio.

Em seu perfil no Twitter, Flávio Dino revelou ainda que os prefeitos dos quatro municípios que integram a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e o prefeito de Imperatriz foram convidados para participar da reunião sobre o lockdown, já que essas cinco cidades registram maior ocupação hospitalar. O governador informou que ainda não há uma definição sobre a restrição de atividades no Maranhão, mas destacou que as 217 prefeituras do estado têm autonomia para decretar medidas preventivas contra a Covid-19.

Além disso, Flávio Dino falou que está fazendo o possível para ampliar o número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento do coronavírus em todo o Maranhão, mas lamentou a existência de algumas limitações nesse processo.

"Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito", afirmou o governador.

Por fim, Flávio Dino destacou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a reativação dos 216 leitos de UTI custeados pelo governo federal no Maranhão. "Fica evidenciado que não se cuida de um "favor", e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS", ressaltou Dino.

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís...

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís...

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o retiro da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%.

O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença.

5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís...

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís...

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o retiro da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%.

O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença.

5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Colégio de Corregedores emite nota técnica sobre juiz de garantias

O Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) emitiu a Nota Técnica 1/2021, que trata da implantação do juiz de garantias no processo penal brasileiro, conforme previsto na Lei 13.964/2019. No documento, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a entidade manifestou preocupação com a imediata vigência da medida, solicitando dilação do prazo e regras de transição, caso a Corte entenda que a norma deva ser recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro.

De acordo como o novo regramento, que se encontra suspenso por decisão do ministro Luiz Fux, o juiz de garantias somente poderá atuar na fase de investigação, uma etapa pré-processual. Dessa forma, ao ser remetido para o Judiciário, abrindo-se a fase de instrução e julgamento, este primeiro magistrado ficaria impedido de atuar no processo, devendo outro juiz assumir os trabalhos. Hoje, essas duas etapas da persecução penal estão a cargo do mesmo magistrado.

De acordo com o documento assinado pela Comissão Executiva do Colégio, presidido pelo desembargador Paulo Velten, é necessário encontrar soluções para superar obstáculos ora apresentados, com destaque para a escassez de magistrados e a readequação de toda estrutura do Judiciário. Segundo o CCOGE, a necessidade de atuação de outro magistrado é um dos pontos que representam maior obstáculo à vigência da norma, considerando o déficit de juízes em todos os estados.

“A expressa vedação à atuação do magistrado que atuou como juiz das garantias na fase de instrução e julgamento traz consigo a questão mais delicada que deve ser solucionada, tendo-se em vista a insuficiente quantidade de magistrados em todos os Estados da Federação”, diz a nota.

O documento chama atenção para o fato de que na maioria das comarcas do país existe apenas um magistrado, conforme destaca o Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estudo mostra que 67 % das unidades judiciárias são de juízos únicos, ou seja, possuem competência sobre toda e qualquer ação judicial. Incluem-se, aí, as ações trabalhistas e da Justiça federal, por meio da chamada competência delegada.

O mesmo Relatório aponta que mais de 4 mil cargos de juízes se encontram vagos atualmente no país, o que representa cerca de 23% do total. Acre, Alagoas e Minas Gerais, por exemplo, possuem situações mais críticas, com 68,9%, 45,4% e 34,4% de vacância, respectivamente. Convém considerar que há, também, enorme lacuna no quadro de servidores do Judiciário.

Para a entidade, por mais importante e moderna que seja a concepção ideológica, o cenário não comporta condições para a sua efetivação sem a imperiosa criação dos cargos e a reestruturação de todo Poder Judiciário, o que teria um grande impacto financeiro. Destaca-se que diante do atual cenário econômico, fragilizado pela pandemia da Covid-19, não há qualquer previsão orçamentária para este fim. Contrariamente, o cenário tem exigido medidas de contenção de gastos por parte dos poderes constituídos.

Diante da preocupação trazida com a conjuntura apresentada, o CCOGE solicitou a ampliação do prazo de início de vigência e regras de transição, caso o STF entenda que a norma deva ser recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro.

SOB ANÁLISE DO SUPREMO

O instituto do juiz de garantias, que foi aprovado no Congresso no ano de 2019 e sancionado como dispositivo da Lei 13.964/2019, continua com seus efeitos suspensos. A razão é a decisão cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o tema (ADI 6298), proferida pelo relator, ministro Luiz Fux, em janeiro de 2020, que impede a aplicação da norma. A ação deverá ser analisada em sessão plenária da Corte, ainda sem data marcada.

Na oportunidade, Fux considerou que o dispositivo deveria ser suspenso porque fere a autonomia do Judiciário, pois interfere diretamente na divisão e organização judiciária. O ministro também considerou o consequente impacto orçamentário para a implementação da medida.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
asscomcgj@gmail.com

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o retiro da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%. O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença. 5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o retiro da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%. O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença. 5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Acordo corrige número de vagas para negros no concurso da Câmara Municipal de São Luís

Em audiência de conciliação, realizada em 23 de fevereiro, o Ministério Público do Maranhão, a Fundação Sôsândrade e a Câmara de Vereadores de São Luís firmaram acordo judicial para corrigir o quadro de vagas reservadas a negros e pardos no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2018, da casa do Legislativo Municipal.

A correção foi pleiteada em Ação Civil Pública proposta, no dia 2 de fevereiro, pela titular da 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, Márcia Lima Buhatem.

Pelo acordo, a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei destinado a negros e pardos. Também destinará mais 15 vagas em cadastro de reserva.

A Câmara Municipal de São Luís e a Fundação Sôsândrade também se comprometem a realizar, no próximo dia 10 de março, a convocação dos candidatos não eliminados para a heteroidentificação racial.

Devem, ainda, proceder, de 9 a 11 de abril, à identificação racial dos convocados, conforme edital lançado na página do concurso.

Além disso, devem divulgar até o dia 27 de abril o resultado final da heteroidentificação, após o julgamento de eventuais recursos. Os aprovados entram de acordo com sua pontuação na classificação.

O acordo foi homologado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Direitos Difusos de São Luís.

VAGAS

Na ACP, o MPMA requereu medidas para constar, no edital, a reserva de 23 vagas diretas aos candidatos negros e pardos, alcançando o percentual de 20% estabelecido pela Lei Estadual nº 10.404/2015. O cálculo considera a totalidade de 114 vagas diretas ofertadas no certame. Deve observar, ainda, a reserva automática para as funções dos níveis superior e médio.

No edital original, foram reservadas apenas 13 vagas diretas e 31 em cadastro de reser

Reunião nesta segunda (1º) com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário para traçar planejamento de ações de combate a covid

Nesta segunda-feira, 01, o governador Flávio Dino se reunirá com as autoridades do estado para avaliar novas ações conjuntas contra o coronavírus.

Para esta reunião, estão previstas as presenças dos chefes dos Poderes, a Federação dos Municípios, prefeitos das cidades maranhense mais afetadas pela pandemia atualmente, municípios da Grande Ilha, além de Imperatriz e a direção do Hospital Universitário.

Reunião nesta segunda (1º) com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário para traçar planejamento de ações de combate a covid

Nesta segunda-feira, 01, o governador Flávio Dino se reunirá com as autoridades do estado para avaliar novas ações conjuntas contra o coronavírus.

Para esta reunião, estão previstas as presenças dos chefes dos Poderes, a Federação dos Municípios, prefeitos das cidades maranhense mais afetadas pela pandemia atualmente, municípios da Grande Ilha, além de Imperatriz e a direção do Hospital Universitário.

Nova Mesa Diretora do TRE-MA toma posse em cerimônia virtual

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão realizou nesta segunda (1^o) sessão solene de posse da desembargadora Ângela Salazar como membro efetivo, e, em ato contínuo, eleição e posse do novo presidente e vice-presidente/corregedor.

A sessão foi presidida pelo desembargador Joaquim Figueiredo, exercendo o cargo de presidente interino do órgão. Logo após a posse de Salazar, que ocupará a vaga aberta em razão do fim do biênio do desembargador Tyrone Silva (26/02/21), os membros da Corte escolheram a Mesa Diretora.

De acordo com o Regimento Interno, os cargos de presidente e de vice e corregedor só podem ser ocupados por desembargadores. Assim, Joaquim Figueiredo foi escolhido presidente e Salazar, corregedora.

Em razão da pandemia causada pela Covid-19, as solenidades foram realizadas por videoconferência, transmitida ao vivo pelo canal do TRE-MA do Youtube.

Juíza decidirá sobre novo pedido de defensores para restrições no MA

Caberá à juíza Jaqueline Caracas decidir nos próximos dias um pedido dos defensores públicos estaduais Clarice Binda, titular do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, titular do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, pela renovação de medidas restritivas a bares, restaurantes e festas em todo o Maranhão.

O caso está em tramitação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, mas o seu titular, Douglas de Melo Martins entrou de férias nesta segunda-feira, e só retorna no dia 21.

Na nova petição a ser despachada por Caracas, os defensores solicitam, ainda, limitação do funcionamento do transporte público urbano à sua ocupação restrita ao número de passageiros sentados, e redução de 50% do número de passageiros do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry boats, com o aumento da frota posta em circulação (saiba mais).

"Ainda não há decisão sobre lockdown estadual", diz Flávio Dino

O governador Flávio Dino disse neste domingo (28), nas redes sociais, que ainda não há decisão sobre lockdown estadual, mas lembra que as prefeituras têm competência para decretar medidas preventivas.

O governador acrescenta que irá se reunir, nesta segunda-feira (1º), com os demais poderes para discutir as medidas a serem adotadas.

Municípios da Ilha de São Luís e Imperatriz, onde a ocupação de leitos hospitalares é maior, também participarão da reunião.

"Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior", disse Dino.

Novo pedido de lockdown

Na última sexta-feira (26), a Defensoria Pública do Maranhão, por meio dos defensores públicos Clarice Viana Binda e Cosmo Sobral da Silva, entrou novamente com um pedido de lockdown no estado do Maranhão.

No último dia 18 de fevereiro, a Defensoria havia entrado com uma ação para decretar a medida de restrição de circulação de pessoas no período de 14 dias. A medida teria como objetivo principal o combate ao agravamento da Covid-19 em todo o Maranhão.

No documento, os defensores afirmam que o quadro da rede hospitalar em todo o estado vem piorando cada vez mais e traz números, baseados no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado (SES), da superlotação da ocupação dos leitos hospitalares, tanto clínicos quanto de UTI.

De acordo com os defensores, apenas expandir a quantidade de leitos não é suficiente para combater os casos de Covid19 no estado, atendendo apenas a demanda de números crescentes.

Juiz Douglas Martins descartou Lockdown no último dia 11

O juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos, Douglas de Melo Martins, indeferiu, durante audiência de conciliação no último dia 11 de fevereiro, o pedido de lockdown proposto por defensores públicos.

Na ausência de representantes de vários municípios, o juiz Douglas Martins propôs uma medida liminar. Todos os presentes concordaram, e ele decidiu por não decretar o lockdown no Maranhão, ressaltando os diferentes cenários da pandemia antes e agora e também a dificuldade de fiscalização caso fosse adotada esta medida extrema de restrição. "A minha posição no momento é de indeferir esse pedido [de lockdown]", declarou.

O juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos também decidiu restringir, em caráter judicial, as festividades relativas ao Carnaval, no período de 12 a 18 de fevereiro. A audiência, que ocorreu de forma presencial e on-line, foi conduzida pelo procurador-geral de Justiça do MP-MA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e pelo juiz Douglas de Melo Martins.

Ele pediu ainda que todos os municípios se esforcem e implementem medidas de contenção do avanço da pandemia.

Participaram também representantes de municípios maranhenses, além do Estado, da Defensoria Pública e representantes de setores da atividade econômica do Maranhão. Eles discutiram o endurecimento de medidas restritivas no Estado, como o lockdown, em razão da pandemia da Covid-19.

“A gravidade do problema não permite que ninguém tome pra si o poder de decidir como vai ser”, comentou o juiz.

A audiência foi proposta por ele após três defensores do Maranhão acionarem a Justiça, obrigando o Governo do Maranhão a adotar o lockdown, por causa da pandemia.

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o retiro da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%.

O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença.

5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Dino convoca reunião de emergência e novas medidas restritivas devem ser adotadas na Grande Ilha de São Luís

Após conseguir no Supremo Tribunal Federal (STF) decisão obrigando o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a custear o pagamento para abertura no Maranhão de novos leitos de UTI para tratamento do novo coronavírus, o governador Flávio Dino (PC do B), nesta segunda-feira (01), convocou uma reunião de emergência com o objetivo de discutir a adoção, ou não, de novas medidas restritivas para tentar frear a proliferação da Covid na Grande Ilha de São Luís e em Imperatriz.

O encontro, marcado para acontecer às 17h no Palácio dos Leões, reunirá os prefeitos Eduardo Braide (São Luís), Júlio Matos (São José de Ribamar), Paula da Pindoba (Paço do Lumiar) e Eudes Barros (Raposa); o prefeito e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlanio Xavier; o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Raimundo Nonato Lago; o procurador geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o reitor da UFMA, Natalino Salgado; além do defensor público geral, Alberto Bastos.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, disse o comunista.

Dino também anunciou o aumento da frota do transporte público semi urbano como forma de evitar aglomerações.

Nos bastidores da Secretaria de Estado da Saúde, já são dadas como certas o retorno o trabalho remoto nas repartições públicas estaduais e suspensão das aulas presenciais na rede privada de ensino da capital.

Um toque de recolher, com horário marcado para as 23h, através do qual estabelecimentos comerciais terão que fechar as portas, também é outra medida que deverá ser adotada.

Em Imperatriz e na Grande Ilha de São Luís as taxas de ocupação de leitos de UTI para Covid continuam em alta.

Na cidade da região tocantina é de 96,36%, de acordo com boletim epidemiológico atualizado divulgado pela SES.

Na região metropolitana é de 86,98%.

O Maranhão possui 219.307 casos de pacientes que testaram positivo para doença.

5.052 pessoas faleceram e 204.268 conseguiram se recuperar.

Defensores públicos querem retorno de restrições que atingem artistas e estabelecimentos comerciais

Os defensores públicos Clarice Viana Blinda e Cosmo Sobral da Silva, titulares dos Núcleos de Direitos Humanos e de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, respectivamente, voltaram a solicitar à Justiça a decretação de medidas de restrição que atingem diretamente atividades de artistas e estabelecimentos comerciais, como bares e restaurante.

A solicitação continua tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, cujo titular, o juiz Douglas de Melo Martins, está de férias. O pedido será apreciado pela juíza Jaqueline Caracas.

Clarice Viana e Cosmo Sobral são autores de uma outra ação na qual pleiteavam que a Justiça decretasse lockdown (fechamento total das atividades não essenciais) por um período de 14 dias no Maranhão.

O pedido foi negado. Porém, Douglas Martins determinou uma série de restrições no período no qual seria realizado as festas carnavalescas.

Bares e restaurantes, por exemplo, não puderam oferecer aos seus clientes o serviço de música ao vivo.

Eventos e festas com até 150 pessoas também foram proibidas, apesar de estarem autorizadas através de decreto governamental.

São estas restrições que os defensores públicos querem que voltem a vigorar.

Flávio Dino reúne prefeitos para discutir novas medidas no Maranhão

O governador Flávio Dino (PCdoB), se reúne nesta segunda-feira (1^o) para discutir novas medidas restritivas por conta do aumento dos casos da Covid-19.

A reunião terá a participação de secretários, representantes dos poderes Judiciário e Legislativo, bem como os prefeitos de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Imperatriz.

As medidas que serão definidas valerão para os cinco municípios por conta da alta ocupação de leitos exclusivos para tratamento da doença.

Nas redes sociais, o governador Flávio Dino destacou que não existe uma decisão sobre “lockdown”.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou Flávio Dino.

Por conta da repercussão negativa, diferentemente do início da pandemia, Flávio Dino tem evitado decidir sozinho por novas medidas. Geralmente, o governador tem aguardado outros estados adotarem medidas e tem buscado dividir as decisões com os demais poderes e até prefeitos, daí a reunião marcada para hoje.

Colégio de Corregedores emite nota técnica sobre juiz de garantias

Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) emitiu a Nota Técnica 1/2021, que trata da implantação do juiz de garantias no processo penal brasileiro, conforme previsto na Lei 13.964/2019. No documento, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a entidade manifestou preocupação com a imediata vigência da medida, solicitando dilação do prazo e regras de transição, caso a Corte entenda que a norma deva ser recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro.

De acordo como o novo regramento, que se encontra suspenso por decisão do ministro Luiz Fux, o juiz de garantias somente poderá atuar na fase de investigação, uma etapa pré-processual. Dessa forma, ao ser remetido para o Judiciário, abrindo-se a fase de instrução e julgamento, este primeiro magistrado ficaria impedido de atuar no processo, devendo outro juiz assumir os trabalhos. Hoje, essas duas etapas da persecução penal estão a cargo do mesmo magistrado.

De acordo com o documento assinado pela Comissão Executiva do Colégio, presidido pelo desembargador Paulo Velten, é necessário encontrar soluções para superar obstáculos ora apresentados, com destaque para a escassez de magistrados e a readequação de toda estrutura do Judiciário. Segundo o CCOGE, a necessidade de atuação de outro magistrado é um dos pontos que representam maior obstáculo à vigência da norma, considerando o déficit de juízes em todos os estados.

“A expressa vedação à atuação do magistrado que atuou como juiz das garantias na fase de instrução e julgamento traz consigo a questão mais delicada que deve ser solucionada, tendo-se em vista a insuficiente quantidade de magistrados em todos os Estados da Federação”, diz a nota.

O documento chama atenção para o fato de que na maioria das comarcas do país existe apenas um magistrado, conforme destaca o Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estudo mostra que 67 % das unidades judiciárias são de juízos únicos, ou seja, possuem competência sobre toda e qualquer ação judicial. Incluem-se, aí, as ações trabalhistas e da Justiça federal, por meio da chamada competência delegada.

O mesmo Relatório aponta que mais de 4 mil cargos de juízes se encontram vagos atualmente no país, o que representa cerca de 23% do total. Acre, Alagoas e Minas Gerais, por exemplo, possuem situações mais críticas, com 68,9%, 45,4% e 34,4% de vacância, respectivamente. Convém considerar que há, também, enorme lacuna no quadro de servidores do Judiciário.

Para a entidade, por mais importante e moderna que seja a concepção ideológica, o cenário não comporta condições para a sua efetivação sem a imperiosa criação dos cargos e a reestruturação de todo Poder Judiciário, o que teria um grande impacto financeiro. Destaca-se que diante do atual cenário econômico, fragilizado pela pandemia da Covid-19, não há qualquer previsão orçamentária para este fim. Contrariamente, o cenário tem exigido medidas de contenção de gastos por parte dos poderes constituídos.

Diante da preocupação trazida com a conjuntura apresentada, o CCOGE solicitou a ampliação do prazo de início

de vigência e regras de transição, caso o STF entenda que a norma deva ser recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro.

SOB ANÁLISE DO SUPREMO

O instituto do juiz de garantias, que foi aprovado no Congresso no ano de 2019 e sancionado como dispositivo da Lei 13.964/2019, continua com seus efeitos suspensos. A razão é a decisão cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o tema (ADI 6298), proferida pelo relator, ministro Luiz Fux, em janeiro de 2020, que impede a aplicação da norma. A ação deverá ser analisada em sessão plenária da Corte, ainda sem data marcada.

Na oportunidade, Fux considerou que o dispositivo deveria ser suspenso porque fere a autonomia do Judiciário, pois interfere diretamente na divisão e organização judiciária. O ministro também considerou o consequente impacto orçamentário para a implementação da medida.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
asscomcgj@gmail.com

Flávio Dino realiza reunião hoje e pode decretar medidas mais restritivas

por Jorge Aragão
01 mar 2021

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), como já adiantava na semana passada, realizará uma reunião nesta segunda-feira (1º), às 17h, e, muito provavelmente, deverá anunciar medidas mais restritivas.

O comunista deixou claro que ainda não existe decisão sobre lockdown, mas a definição pode acontecer após a reunião que será realizada nesta segunda-feira.

O governador afirmou que a reunião terá a participação de outros poderes e de alguns representantes de prefeituras da Ilha de São Luís e Imperatriz.

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”, afirmou nas redes sociais.

É aguardar e conferir.

Reunião entre Flávio Dino e prefeitos da Grande Ilha pode resultar em lockdown

O governador do Estado, Flávio Dino (PCdoB), se reunirá ainda hoje, com os quatro prefeitos da grande Ilha para decidir sobre quais medidas serão tomadas daqui por diante, já que a alta nos casos de covid19, voltou a colocar a rede pública de saúde em alerta.

Em postagem nas redes sociais, Dino antecipou que ainda não há nenhuma decisão sobre lockdown estadual, mas lembrou que cada município, dos 217 que compõe o Estado, tem competência para adotar tal medida.

Além dos prefeitos de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, Dino também convidou o prefeito de Imperatriz, onde a ocupação hospitalar também preocupa.

Dino diz ter convidado Braide para discutir lockdown

Por: Marrapá

28 fevereiro de 2021

Derrotado nas urnas por Eduardo Braide, o governador Flávio Dino diz ter convidado os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, além de presidentes do Judiciário, do Legislativo e da Famem para discutir medidas mais restritivas diante da explosão de casos de covid-19 no Maranhão.

Se confirmada a reunião nessa segunda (01), será a primeira vez que Dino e Braide ficam frente a frente desde a acachapante derrota do governador no segundo turno da eleição de São Luís.

O gesto de hombridade do comunista ocorre no momento oportuno, após meses de boicote e má-vontade do Palácio dos Leões contra a Prefeitura de São Luís.

Nos bastidores, a necessidade de decretação de lockdown em algumas regiões do Maranhão é defendida pelo Ministério Público, Judiciário e autoridades de Saúde.

Dino diz ter convidado Braide para discutir lockdown

Por: Marrapá

28 fevereiro de 2021

Derrotado nas urnas por Eduardo Braide, o governador Flávio Dino diz ter convidado os prefeitos da Grande Ilha e de Imperatriz, além de presidentes do Judiciário, do Legislativo e da Famem para discutir medidas mais restritivas diante da explosão de casos de covid-19 no Maranhão.

Se confirmada a reunião nessa segunda (01), será a primeira vez que Dino e Braide ficam frente a frente desde a acachapante derrota do governador no segundo turno da eleição de São Luís.

O gesto de hombridade do comunista ocorre no momento oportuno, após meses de boicote e má-vontade do Palácio dos Leões contra a Prefeitura de São Luís.

Nos bastidores, a necessidade de decretação de lockdown em algumas regiões do Maranhão é defendida pelo Ministério Público, Judiciário e autoridades de Saúde.

Morros: após blog denunciar farra de combustível, Justiça aciona Paraíba

Milton Santos, o Paraíba

No início do mês passado, o site chamou a atenção do Ministério Público sobre a farra que vinha sendo promovida pelo prefeito Milton Santos, vulgarmente conhecido como Paraíba. A postagem surtiu efeito e chegou ao Ministério Público de Contas, que acionou Paraíba para explicar a quantidade absurda de combustível que vem sendo usada pela gestão em apenas 2 meses de mandato.

Na peça, o Procurador de Conta Jairo Cavalcanti Vieira explana que as notas fiscais apresentadas informam que a empresa L O SIMÕES BARBOSA EIRELI teria fornecido um total de 12.342l (doze mil, trezentos e quarenta e dois litros) de gasolina, 3.259l (três mil, duzentos e cinquenta e nove litros) de diesel e 13.604l (treze mil, seiscentos e quatro litros) e diesel S-10. De acordo com o signatário, esta quantidade de combustível, fornecido em menos de um mês, implica um consumo inexplicável considerando a frota de veículos do município.

Cavalcanti foi a fundo e apurou o seguinte: de acordo com os dados das Prestações de Contas enviadas ao TCE-MA e da base de dados do DETRAN-MA, acessado pelo TCE-MA, a prefeitura de Morros tem 17 veículos, sendo duas motocicletas, quatro veículos de passeio e onze veículos movidos a diesel. Para tentar burlar a Justiça e de forma ininteligível, dividiu-se o total de combustível registrado nas notas fiscais pela quantidade de veículos de forma igual, ou seja, atribuiu-se uma quantidade de combustível igual para cada veículo, de maneira que a soma total é exatamente o que teria sido fornecido.

Com a quantidade de combustível movimentada, resta saber se Paraíba estaria planejando uma viagem à Lua...

De forma embasada, o Procurador navalha:

É inadmissível que o gestor representado movimente recursos do FUNDEB de forma ilícita, cabendo as medidas para impedir a repetição das ilegalidades, bem como a aplicação de sanções em razão das violação já praticadas.

O blog tentou contato com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Morros, sem sucesso.

O espaço está aberto para os devidos esclarecimentos.

Veja o documento na íntegra.

Governador chama autoridades para discutir possibilidade de lockdown no Maranhão

Nesta segunda-feira (1º), o governador Flávio Dino (PCdoB) vai se reunir com os presidentes da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), e do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, para debater a necessidade de um novo lockdown no Maranhão.

Em comentário nas redes sociais, o governador disse que, além dos presidentes dos demais poderes, convocou prefeitos para participarem do debate:

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde a ocupação hospitalar é maior”, afirmou.

OAB-MA divulga nota após ficar fora de reunião entre governo e instituições da justiça sobre o aumento da Covid-19

NOTA PÚBLICA

A OAB/MA tomou conhecimento hoje, 01/03, pela manhã de reunião que será realizada pelo Governo do Estado do Maranhão com os poderes constituídos e com as demais instituições do sistema de justiça.

No comunicado do Governo do Estado chamou atenção da sociedade o fato de não constar como convidada a maior instituição da sociedade civil do País, que ao longo de sua história sempre pautou suas ações de forma responsável e independente em defesa da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

Dito isto, a OAB/MA comunica que tal fato não importará em qualquer abalo as inúmeras ações que a Ordem tem desenvolvido em prol da sociedade, nem prejudicará que continuemos a cobrar, com total independência política, as autoridades e o Poder Público para que cumpram suas atribuições, dentre as quais merece destaque o direito constitucional a saúde.

Por oportuno, a OAB saúda a iniciativa do Governo do Estado, ainda que tardia, de abrir diálogo sobre a grave situação que enfrentamos, contudo lamenta não terem sido convidados representantes da sociedade civil, nem mesmo os representantes das atividades produtivas já tão penalizadas por esta pandemia, e que certamente contribuiriam para a construção das medidas necessárias para conter a disseminação do COVID-19.

Por fim, a OAB Maranhão espera que sejam delineadas ações efetivas que possam retirar nosso estado das últimas posições de vacinação do País, e aproveita para reiterar, outrossim, seu compromisso com a sociedade maranhense de estar ao lado dessa na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos e cidadãs.

São Luis (MA), 01 de março de 2021

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão.

OAB-MA divulga nota após ficar fora de reunião entre governo e instituições da justiça sobre o aumento da Covid-19

NOTA PÚBLICA

A OAB/MA tomou conhecimento hoje, 01/03, pela manhã de reunião que será realizada pelo Governo do Estado do Maranhão com os poderes constituídos e com as demais instituições do sistema de justiça.

No comunicado do Governo do Estado chamou atenção da sociedade o fato de não constar como convidada a maior instituição da sociedade civil do País, que ao longo de sua história sempre pautou suas ações de forma responsável e independente em defesa da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

Dito isto, a OAB/MA comunica que tal fato não importará em qualquer abalo as inúmeras ações que a Ordem tem desenvolvido em prol da sociedade, nem prejudicará que continuemos a cobrar, com total independência política, as autoridades e o Poder Público para que cumpram suas atribuições, dentre as quais merece destaque o direito constitucional a saúde.

Por oportuno, a OAB saúda a iniciativa do Governo do Estado, ainda que tardia, de abrir diálogo sobre a grave situação que enfrentamos, contudo lamenta não terem sido convidados representantes da sociedade civil, nem mesmo os representantes das atividades produtivas já tão penalizadas por esta pandemia, e que certamente contribuiriam para a construção das medidas necessárias para conter a disseminação do COVID-19.

Por fim, a OAB Maranhão espera que sejam delineadas ações efetivas que possam retirar nosso estado das últimas posições de vacinação do País, e aproveita para reiterar, outrossim, seu compromisso com a sociedade maranhense de estar ao lado dessa na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos e cidadãs.

São Luis (MA), 01 de março de 2021

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão.

Dino tem reunião com prefeitos que pode definir lockdown na Ilha

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou ontem (28) nas redes sociais que realizará nesta segunda-feira (1º) uma reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís e com o de Imperatriz para tratar do avanço da Covid-19 no estado e da possível adoção de medidas mais restritivas nos municípios.

O encontro ocorrerá às 17h, no Palácio dos Leões. Autoridades do TJ, TCE e da Famem também participarão.

Por ora, afirma o comunista, não há decisão sobre um lockdown estadual. Ele não descartou, contudo, que os próprios gestores municipais decretem bloqueios locais, de acordo com a realidade de cada cidade.

“Ainda não há decisão sobre lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”

Dino tem reunião com prefeitos que pode definir lockdown na Ilha

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou ontem (28) nas redes sociais que realizará nesta segunda-feira (1º) uma reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís e com o de Imperatriz para tratar do avanço da Covid-19 no estado e da possível adoção de medidas mais restritivas nos municípios.

O encontro ocorrerá às 17h, no Palácio dos Leões. Autoridades do TJ, TCE e da Famem também participarão.

Por ora, afirma o comunista, não há decisão sobre um lockdown estadual. Ele não descartou, contudo, que os próprios gestores municipais decretem bloqueios locais, de acordo com a realidade de cada cidade.

“Ainda não há decisão sobre lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior”

Governador chama autoridades para discutir possibilidade de lockdown no Maranhão

GOVERNADOR FLÁVIO DINO.

MARANHÃO = Nesta segunda-feira (1º), o governador Flávio Dino (PCdoB) vai se reunir com os presidentes da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), e do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, para debater a necessidade de um novo lockdown no Maranhão.

Em comentário nas redes sociais, o governador disse que, além dos presidentes dos demais poderes, convocou prefeitos para participarem do debate:

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde a ocupação hospitalar é maior”, afirmou.

Governador chama autoridades para discutir possibilidade de lockdown no Maranhão

GOVERNADOR FLÁVIO DINO.

MARANHÃO = Nesta segunda-feira (1º), o governador Flávio Dino (PCdoB) vai se reunir com os presidentes da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), e do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, para debater a necessidade de um novo lockdown no Maranhão.

Em comentário nas redes sociais, o governador disse que, além dos presidentes dos demais poderes, convocou prefeitos para participarem do debate:

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde a ocupação hospitalar é maior”, afirmou.

"Ainda não há decisão sobre lockdown estadual", afirma Flávio Dino

Na tarde deste domingo (28), o governador Flávio Dino afirmou, por meio de suas redes sociais, que ainda não há previsão de declaração de um lockdown no Maranhão, por meio de decisão do governo estadual.

Leia também:

- Primeiro caso de infecção pela variante do Coronavírus é confirmado no Maranhão
- Bolsonaro diz que auxílio deve voltar em março, com parcelas de R\$ 250
- Balsas recebe hoje novas doses da vacina CoronaVac e AstraZeneca

No entanto, de acordo com Dino, as prefeituras municipais possuem independência para tomada desta decisão, assim como outras medidas restritivas, diante o quadro atual de aumentos de casos de pacientes com Covid-19 no estado.

O governador mencionou que fará uma reunião com representantes de São Luís e de Imperatriz para tratarem do assunto, já que ambas as cidades são onde se encontram o maior pico de ocupação de leitos no Maranhão.

Dino também cita o trabalho do governo do estado para a ampliação dos leitos hospitalares, no entanto, ainda pontua a limitação existente diante a escassez de insumos necessários e de equipes médicas disponíveis.

Governador Flávio Dino convoca reunião para debater novo lockdown no Maranhão

Dino ressaltou que decisão ainda não foi tomada; reunião contará com representantes dos demais Poderes e prefeitos.

GUSTAVO ARRUDA / IMIRANTE.COM

28/02/2021 às 20h18

Governador Flávio Dino convoca reunião para debater novo lockdown no Maranhão

Flávio Dino disse que ainda não tomou uma decisão sobre o segundo lockdown no Maranhão. (Divulgação / Governo do Maranhão)

SÃO LUÍS - O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), fará uma reunião nesta segunda-feira (1º) com o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, para debater a necessidade de adoção das medidas de restrição total (lockdown) das atividades sociais e comerciais não essenciais, com o objetivo de reduzir o avanço do novo coronavírus (Covid-19) no estado. O primeiro lockdown no Maranhão foi realizado em 2020, entre os dias 5 e 17 de maio.

Em seu perfil no Twitter, Flávio Dino revelou ainda que os prefeitos dos quatro municípios que integram a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e o prefeito de Imperatriz foram convidados para participar da reunião sobre o lockdown, já que essas cinco cidades registram maior ocupação hospitalar. O governador informou que ainda não há uma definição sobre a restrição de atividades no Maranhão, mas destacou que as 217 prefeituras do estado têm autonomia para decretar medidas preventivas contra a Covid-19.

Além disso, Flávio Dino falou que está fazendo o possível para ampliar o número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento do coronavírus em todo o Maranhão, mas lamentou a existência de algumas limitações nesse processo.

"Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito", afirmou o governador.

Por fim, Flávio Dino destacou a decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a reativação dos 216 leitos de UTI custeados pelo governo federal no Maranhão. "Fica evidenciado que não se cuida de um "favor", e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS", ressaltou Dino.

Avanço do coronavírus

De acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) na noite deste domingo (28), o Maranhão já registrou 5.052 mortes e 219.307 casos confirmados do novo coronavírus desde o início da pandemia, com 20 óbitos e 74 pessoas infectadas nas últimas 24 horas. A SES informa ainda que a taxa de ocupação dos leitos de UTI está em 96,36% em Imperatriz e em 86,98% em São Luís.

Nova cepa no Maranhão

O Maranhão confirmou, na noite de sexta-feira (26), o primeiro caso da variante brasileira P.1 da Covid-19, originalmente identificada no Amazonas. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Flávio Dino sinaliza a prefeitos para decreto de lockdown nos municípios

Chefe do Executivo disse que ainda não há decisão sobre lockdown estadual, mas ponderou que prefeitos podem optar pelas restrições

RONALDO ROCHA, DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 00h00

Flávio Dino sinaliza a prefeitos para decreto de lockdown nos municípios

Divulgação

SÃO LUÍS - O governador Flávio Dino (PCdoB) sinalizou a prefeitos dos 217 municípios maranhenses, a possibilidade de execução de bloqueio total ou confinamento nos municípios neste período, que registra a elevação de casos e número de mortes por Covid-19 no Maranhão.

Dino adiantou que realizará nesta segunda-feira, 1º, uma reunião com os demais Poderes [Legislativo e Judiciário] e gestores municipais, para definir que estratégia instituir no território estadual.

"Ainda não há decisão sobre lockdown estadual. Contudo, prefeituras têm competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã [segunda-feira] irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior", disse.

Leitos

O chefe do Executivo Estadual também falou sobre a elevada taxa de ocupação de leitos hospitalares no estado.

No plantão do Supremo Tribunal Federal (STF) do fim de semana, ele conseguiu uma decisão liminar favorável, concedida pela ministra Rosa Weber, que determinou ao Governo Federal o custeio de leitos de UTI no Maranhão.

"Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito", enfatizou.

SAIBA MAIS

Na última sexta-feira, 26, o prefeito da cidade de Grajaú, Mercial Arruda, decretou lockdown por um período de 15 dias no município. Qualquer atividade comercial que não seja considerada essencial, estará proibida no período.

Flávio Dino sinaliza a prefeitos para decreto de lockdown nos municípios

Chefe do Executivo disse que ainda não há decisão sobre lockdown estadual, mas ponderou que prefeitos podem optar pelas restrições

RONALDO ROCHA, DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 00h00

Flávio Dino sinaliza a prefeitos para decreto de lockdown nos municípios

Divulgação

SÃO LUÍS - O governador Flávio Dino (PCdoB) sinalizou a prefeitos dos 217 municípios maranhenses, a possibilidade de execução de bloqueio total ou confinamento nos municípios neste período, que registra a elevação de casos e número de mortes por Covid-19 no Maranhão.

Dino adiantou que realizará nesta segunda-feira, 1º, uma reunião com os demais Poderes [Legislativo e Judiciário] e gestores municipais, para definir que estratégia instituir no território estadual.

"Ainda não há decisão sobre lockdown estadual. Contudo, prefeituras têm competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã [segunda-feira] irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior", disse.

Leitos

O chefe do Executivo Estadual também falou sobre a elevada taxa de ocupação de leitos hospitalares no estado.

No plantão do Supremo Tribunal Federal (STF) do fim de semana, ele conseguiu uma decisão liminar favorável, concedida pela ministra Rosa Weber, que determinou ao Governo Federal o custeio de leitos de UTI no Maranhão.

"Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito", enfatizou.

SAIBA MAIS

Na última sexta-feira, 26, o prefeito da cidade de Grajaú, Mercial Arruda, decretou lockdown por um período de 15 dias no município. Qualquer atividade comercial que não seja considerada essencial, estará proibida no período.

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Governador Flávio Dino, em reunião nesta segunda-feira, 1, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Ilha de São Luís e também de Imperatriz não chegaram a uma conclusão sobre fechamento total das atividades não essenciais no estado

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Prefeitos e representantes de outros poderes se reuniram com o governador Flávio Dino no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu nesta segunda-feira, 1º, em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ainda não vai decretar lockdown no estado.

O comunista já informou, por outro lado, que determinará a suspensão de atividades presenciais no serviço público por dez dias.

Além disso, é provável que haja novas restrições ao comércio, mas isso será definido apenas terça-feira, 2, após reunião com representantes do empresariado local.

A reunião segue no Palácio dos Leões.

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Governador Flávio Dino, em reunião nesta segunda-feira, 1, no Palácio dos Leões, com prefeitos da Ilha de São Luís e também de Imperatriz não chegaram a uma conclusão sobre fechamento total das atividades não essenciais no estado

Governo e Prefeituras decidem ainda não decretar lockdown

Prefeitos e representantes de outros poderes se reuniram com o governador Flávio Dino no Palácio dos Leões (Divulgação)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), decidiu nesta segunda-feira, 1º, em reunião com prefeitos da Região Metropolitana de São Luís, de Imperatriz, e autoridades do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ainda não vai decretar lockdown no estado.

O comunista já informou, por outro lado, que determinará a suspensão de atividades presenciais no serviço público por dez dias.

Além disso, é provável que haja novas restrições ao comércio, mas isso será definido apenas terça-feira, 2, após reunião com representantes do empresariado local.

A reunião segue no Palácio dos Leões.

VARA DE INTERESSES DIFUSOS - "Juiz do lockdown" entra de férias; juíza decidirá sobre pedido para restrições no MA

Douglas Martins será substituído pela juíza Jaqueline Caracas.

GILBERTO LÉDA / DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 09h03

"Juiz do lockdown" entra de férias; juíza decidirá sobre pedido para restrições no MA

Douglas Martins deixará Vara de Interesses Difusos (Arquivo)

SÃO LUÍS - O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, entrou de férias antes de julgar um segundo pedido de defensores públicos estaduais pela adoção de medidas mais restritivas contra aglomerações em bares e restaurantes do Maranhão.

De acordo com ato publicado no Diário da Justiça do Maranhão, Martins será substituído nesse período - que se inicia nesta segunda-feira (1º) - pela juíza Jaqueline Caracas.

Caberá a ela decidir se renova a proibição a música ao vivo ou som mecânico nos estabelecimentos, como já ocorreu em fevereiro, por 14 dias.

O pedido foi feito pelos defensores Clarice Binda, titular do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, titular do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa.

As medidas pararam de ser adotadas no dia 19 de fevereiro, após vencer o prazo estipulado pelo magistrado em pedido anterior dos mesmos membros da Defensoria Pública do Estado (DPE).

Desde então, voltaram a ser permitidos música ao vivo - ou som mecânico, com DJ - em bares, restaurantes e casas de show do estado, bem como festas e eventos com até 150 pessoas.

Na nova petição, eles solicitam, ainda, limitação do funcionamento do transporte público urbano à sua ocupação restrita ao número de passageiros sentados, e redução de 50% do número de passageiros do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry boats, com o aumento da frota posta em circulação.

Conselho da Saúde recomenda toque de recolher e suspensão de aulas no país

Segundo a entidade, a adoção de medidas "faz-se necessária", tendo em vista o aumento significativo de ocupação de leitos em unidades públicas e privadas em virtude do coronavírus

Conselho da Saúde recomenda toque de recolher e suspensão de aulas no país

Lockdown foi parcialmente descartado pelo governador Flávio Dino, mas não está descartado (Paulo Soares / O Estado)

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) recomendou, em carta à nação brasileira, toque de recolher, suspensão de atividades presenciais e outras medidas. Segundo a entidade, a adoção de medidas "faz-se necessária", tendo em vista o aumento significativo de ocupação de leitos em unidades públicas e privadas em virtude do coronavírus.

De acordo com a entidade, seriam necessárias as proibições de eventos presenciais, como "shows, congressos, atividades religiosas, esportivas e correlatas em todo o território nacional". Além disso, o Conselho também orienta para a "suspensão das atividades presenciais em todos os níveis de educação do país.

Quanto ao toque de recolher, a entidade prevê a necessidade de medida das 20h às 6h durante os fins de semana. E ainda o fechamento de bares e praias.

A entidade manifesta-se ainda pela adoção de trabalho "remoto" nos âmbitos dos setores público e privado, instituição de barreiras sanitárias e ampliação de testagens.

O documento do Conass foi assinado pelo presidente da entidade, Carlos Lula, que é secretário de Saúde do Maranhão.

Contra aglomerações, MOB vai ampliar frota de semi-urbanos na Ilha

Medida faz parte do pacote de ações do governo estadual para barrar proliferação da pandemia

GILBERTO LÉDA / DA EDITORIA DE POLÍTICA

01/03/2021 às 10h48

Contra aglomerações, MOB vai ampliar frota de semi-urbanos na Ilha

Governador anunciou medidas em suas redes sociais (Reprodução)

SÃO LUÍS - O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou hoje (1º) o aumento da frota do transporte coletivo semi-urbano na Ilha de São Luís. Segundo ele, a determinação é uma forma de evitar aglomerações no transporte coletivo de passageiros.

A medida, ainda de acordo com Dino, vale para “linhas de maior movimento”.

Pedido

Em petição que ainda tramita na Vara de Interesses Difusos e coletivos de São Luís, os defensores públicos estaduais Clarice Binda, titular do Núcleo de Direitos Humanos, e Cosmo da Silva, titular do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, também tratam do tema transporte público.

Ao solicitar a prorrogação de restrições pelo Judiciários, ele pedem, também, limitação do funcionamento do transporte público urbano, com ocupação restrita ao número de passageiros sentados, e redução de 50% do número de passageiros do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry boats, com o aumento da frota posta em circulação.

Governador convoca reunião para debater ações conjuntas contra a Covid-19

Flávio Dino já tinha antecipado há uns dias que, nesse momento, está descartado novo lockdown

Fonte: Da redação

Data de publicação: 01/03/2021

Foto: Reprodução

O governador Flávio Dino deve se reunir nesta segunda-feira (1º), às 17h, no Palácio dos Leões, para debater novas ações conjuntas contra a Covid-19.

Foram convidados o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Raimundo Nonato Lago, Eduardo Nicolau, procurador-geral de Justiça, Alberto Bastos, defensor geral, Natalino Salgado, reitor da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), o presidente da Famem, Erlânio Xavier, Eduardo Braide, prefeito de São Luís, Assis Ramos, prefeito de Imperatriz, Júlio Matos, prefeito de São José de Ribamar, Paula Azevedo, prefeita de Paço do Lumiar e Eudes Barros, prefeito de Raposa.

Flávio Dino já tinha antecipado há uns dias que, nesse momento, está descartado novo lockdown. Segundo ele, algumas medidas serão implantadas mas não a restrição completa de circulação, como ocorreu em 2020.

Na sexta, defensores públicos protocolaram novo pedido de lockdown, por 14 dias, em todo o estado.

Governador convoca reunião para debater ações conjuntas contra a Covid-19

Flávio Dino já tinha antecipado há uns dias que, nesse momento, está descartado novo lockdown

Fonte: Da redação

Data de publicação: 01/03/2021

Foto: Reprodução

O governador Flávio Dino deve se reunir nesta segunda-feira (1º), às 17h, no Palácio dos Leões, para debater novas ações conjuntas contra a Covid-19.

Foram convidados o presidente do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, o presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Raimundo Nonato Lago, Eduardo Nicolau, procurador-geral de Justiça, Alberto Bastos, defensor geral, Natalino Salgado, reitor da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), o presidente da Famem, Erlânio Xavier, Eduardo Braide, prefeito de São Luís, Assis Ramos, prefeito de Imperatriz, Júlio Matos, prefeito de São José de Ribamar, Paula Azevedo, prefeita de Paço do Lumiar e Eudes Barros, prefeito de Raposa.

Flávio Dino já tinha antecipado há uns dias que, nesse momento, está descartado novo lockdown. Segundo ele, algumas medidas serão implantadas mas não a restrição completa de circulação, como ocorreu em 2020.

Na sexta, defensores públicos protocolaram novo pedido de lockdown, por 14 dias, em todo o estado.

Autoridades se reúnem para avaliar ações contra a covid-19

O governador Flávio Dino anunciou por meio de suas redes sociais que se reunirá nesta segunda-feira (01) com as autoridades do estado para avaliar novas ações conjuntas contra o coronavírus.

Dentre os convidados para a reunião estão o prefeito de São Luís, Eduardo Braide; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo; presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto; e o reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino Salgado.

Autoridades se reúnem para avaliar ações contra a covid-19

O governador Flávio Dino anunciou por meio de suas redes sociais que se reunirá nesta segunda-feira (01) com as autoridades do estado para avaliar novas ações conjuntas contra o coronavírus.

Dentre os convidados para a reunião estão o prefeito de São Luís, Eduardo Braide; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo; presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto; e o reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino Salgado.

Flávio Dino reúne presidentes do Legislativo e Judiciário para debaterem um novo lockdown

O governador Flávio Dino (PCdoB) vai se reunir nesta segunda-feira (1º de março) com os presidentes da Assembleia Legislativa, Othelino Neto (PCdoB), e do Tribunal de Justiça, Lourival Serejo, para debaterem a necessidade de um novo lockdown no Maranhão. Neste domingo (28), ele disse que ainda não se definiu sobre isso, mas lembrou que os prefeitos têm autonomia para decretarem restrições em seus municípios, se acharem necessário.

Nas redes sociais, o governador comentou os dois assuntos e disse que, além dos presidentes dos demais poderes, convocou prefeitos para participarem do debate:

“Ainda não há decisão sobre Lockdown estadual. Contudo, prefeituras tem competência para decretar medidas preventivas nos seus territórios, à luz da realidade local. Amanhã irei reunir com demais Poderes e convidei municípios da Ilha e Imperatriz, onde ocupação hospitalar é maior” disse ele.

O governador informou ainda, mencionar onde isto vem ocorrendo, que o Estado está transferindo pacientes de municípios onde há vagas para internação.

“Aviões e helicópteros do Governo do Maranhão estão transportando pacientes no território estadual, entre regiões mais sobrecarregadas e outras em que ainda há leitos na rede estadual. Esforço máximo das nossas equipes”, comentou.

Sobre a capacidade da rede hospitalar no Maranhão, Flávio Dino disse que não vem medindo esforços para ampliar o número de leitos.

“Temos feito todos os esforços para ampliar leitos hospitalares. Lembro, contudo, que há limite de fornecimento de insumos, pois alguns estão escassos no mercado. E há também teto de capacidade das equipes médicas disponíveis. Portanto, abrir leitos não é simples e algo infinito”, garantiu.

Comarca de Esperantinópolis utiliza whatsapp para intimações de partes

A juíza Urbanete de Angiolis Silva, titular da Comarca de Esperantinópolis, e diretora do Fórum de Justiça, disciplinou sobre a intimação e citação de partes processuais pelo aplicativo gratuito de mensagens whatsapp.

A Portaria 84/2021, de 24 de fevereiro, informa os números de telefones disponibilizados pela unidade para a utilização do aplicativo de mensagens de whatsapp para intimação e citação de partes e testemunhas durante o período de mobilização contra o contágio pelo coronavírus (Covid-19), sendo observadas criteriosamente as regras do Provimento 34/2019.

Foram colocados à disposição do público os seguintes contatos telefônicos: oficial de Justiça Francisco Lustosa Brandão - (99) 98504-0805; oficiala da Justiça Luana Georgia Lopes Costa - (86) 3083-9041.

Na Portaria, a juíza considerou a decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do Procedimento do Controle Administrativo (PCA 0003251-94.2016.2.00.0000), no sentido de considerar válida a utilização do aplicativo whatsapp como ferramenta de intimação em todo Judiciário.

E, ainda, o Provimento-34/2019 do TJMA, que amplia, para todas as unidades jurisdicionais do Estado do Maranhão, a possibilidade de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens whatsapp e autoriza seu uso para fins de oitiva de partes e testemunhas.

3º Juizado Especial Criminal passa por Correição Ordinária

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão realiza até esta sexta-feira, dia 28, uma Correição Ordinária no 3º Juizado Especial Criminal de São Luís, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O objetivo é analisar a tramitação dos processos, verificar a regularidade dos serviços judiciários e as condições de funcionamento da unidade. Os trabalhos correicionais estão sendo conduzidos pelo juiz Nelson Ferreira Martins Filho, coordenador do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, auxiliado por duas servidoras.

Estão sendo analisados, desde a terça-feira (23), e de forma presencial, 60 processos na unidade judicial, na maioria físicos, entre mais antigos e aleatórios. A realização da correição ordinária não suspendeu os trabalhos da unidade jurisdicional, mantendo a normalidade da distribuição, a realização das audiências e o atendimento às partes e a seus procuradores, conforme determina a Corregedoria Geral da Justiça.

Dentre outras atividades, a correição analisa, por amostragem, a regularidade da tramitação e o tempo de duração dos processos; o tempo de duração do atendimento ao público, pela secretaria; a regularidade de remessa das informações mensais ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça; as condições prediais e patrimoniais do fórum e as condições de armazenamento dos processos.

Encerrada a correição, serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados dos trabalhos e dos fatos que forem constatados no período, com conclusão pela regularidade ou não dos serviços. Caso seja detectada alguma irregularidade em qualquer serviço, o corregedor-geral fixará prazo de, no máximo, 90 dias para saneamento ou, se for o caso, mandará instaurar procedimento disciplinar para apuração de falta funcional.

A Correição Ordinária no 3º Juizado Especial Criminal obedece ao calendário de Correições Gerais Ordinárias e Extraordinárias nos Juizados Especiais e Turmas Recursais do Maranhão, conforme a Portaria 215/2021, da Corregedoria Geral da Justiça. Esse documento dispõe sobre a realização de correição ordinária e correições extraordinárias, pela Corregedoria-Geral da Justiça, no exercício de 2021.

"As partes, seus procuradores e quaisquer interessados em colaborar com os trabalhos, poderão apresentar sugestões, noticiar irregularidades, formular reclamações, oferecer representações relacionadas aos serviços a cargo da unidade sob correição, bem como fazer observações que visem à adequação e aprimoramento dos mesmos serviços, diretamente ao Corregedor-Geral da Justiça ou ao Juiz Auxiliar da Corregedoria, a quem tenham sido delegados os poderes correicionais", expressa a Portaria.